



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS DE GENÉTICA FORENSE - APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4438247/2017-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.021660/2017-36

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019

(Processo Administrativo n.º 08200.021660/2017-36)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de um *Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura*, a fim de atender as exigências relativas à manutenção da Acreditação em Qualidade dos laboratórios de Química e de Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística, particularmente no que tange ao incremento qualitativo de seus processos técnicos internos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA 01- Da descrição e quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI- DADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL*
1	Objeto: Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura para ambientes, geladeiras (e seus congeladores), <i>freezers</i> e câmara fria composto por: - 60 (sessenta) termômetros <i>dataloggers wireless</i> de temperatura		ud.	01	96.890,00

(ou instrumentos similares de medição e envio de sinal relativo a temperatura medida) com as seguintes características:

- Comunicação *wireless*, memória para 10.000 (dez mil) medições (armazenamento no termômetro ou em sua central), opção para ajuste de um limiar de temperatura para disparo de alarme. Quando este limiar é alcançado, o *datalogger* (ou sua central) emite um sinal acústico ou visual e o equipamento ou sua unidade de base, mostra o estado de alarme no *software* ou sistema remoto *Web Based*, além de enviar *e-mails* (para uma lista). O equipamento deverá ser configurável para diferentes intervalos de medição e registro de temperatura. Os dados transmitidos e estocados em banco de dados também devem ser estocados na memória interna (armazenamento no termômetro ou em sua central). Quando a memória estiver cheia, os dados devem ser sobre escritos nos dados mais antigos armazenados;
- Deve acompanhar *software* ou prover sistema remoto *Web Based* que afere o estado da conexão, acompanha as medições de temperatura em tempo real, baixando os dados de forma automática, em intervalos regulares, ou sob demanda. O banco de dados no qual são armazenados os dados gerados também deve ser acessível sem a necessidade de instalação de *software*, tal como por meio de *Web Browser* comum;
- Alimentação: baterias (pilhas) tipo moeda, tipo AA, AAA, outro tipo de bateria comum no mercado e/ou fonte externa ligada à rede elétrica que devem ser fornecidas junto com cada um dos **60** (sessenta) termômetros *dataloggers wireless*.

- Características dos sensores dos termômetros *dataloggers wireless* de temperatura:

- Sensor externo, ponta de prova, termopar ou sonda externa para medição de temperatura de tal forma construído que não congele, dado que os utilizaremos em congeladores de geladeiras que formam gelo, fato que afetaria a medição de temperatura. Deve ser construído de tal forma, portanto que impeça a formação de gelo sobre o mesmo; fio de conexão com o equipamento – bitola de 2 a 3 milímetros de diâmetro e 150 centímetros de comprimento (passível de utilização através da borracha de vedação das portas de geladeiras - e seus congeladores - *freezers* e câmara fria. Devem ser fornecidos junto com cada um dos 60 (sessenta) termômetros *dataloggers wireless*;

- Faixa de temperatura do sensor externo, ponta de prova, termopar ou sonda externa para medição de temperatura: -25 a 40°C;

- Precisão de 0,5 °C;

- Sensor externo, ponta de prova, termopar ou sonda externa para medição de temperatura calibrável e já calibrado. Calibração individual (por Termômetro) em pelo menos dois pontos (entre +2° a +8°C) e (entre -25 a -15°C) comprovada por meio de certificado de calibração acreditado (RBC).

- O certificado do mesmo, emitido em laboratório nacional, deve ser de data inferior aos 3 (três) meses anteriores a data de entrega do produto;

- Gerais:

<ul style="list-style-type: none"> • Repetidora (s) /concentrador (es) de sinal de dados, tantos quantos bastem (caso necessários) para que o sistema ofereça uma cobertura física interna efetiva dos laboratórios do primeiro pavimento da Planta 1 (02 <i>Layout</i>) 11068506 e dos laboratórios ilustrados da Planta 211068529 (Anexo 1 e 2). Outro (s) módulo (s) ou computador dedicado (caso necessários), eventualmente exigidos, para o funcionamento do sistema; • Instalação¹ completa, tanto dos equipamentos centrais como de seus acessórios (módulos, dispositivos necessários e componentes diversos para um funcionamento pleno) e testes de funcionalidade²; • Treinamento <i>in loco</i> dos usuários; • Período de garantia de mercado. <p>Observação¹: Instalação da integralidade do Sistema na Planta 1 e na Planta 2 (Laboratórios da Planta 1 - 02 <i>Layout</i> 1º Pavimento e Laboratórios ilustrados na Planta 2 - <i>Layout</i> 1º Pavimento) (Anexo 1 e 2, respectivamente).</p> <p>Observação²: O aceite do Sistema está condicionado à constatação de sua funcionalidade plena com a quantidade de instrumentos de medição e envio de sinal especificada.</p>				
--	--	--	--	--

* A metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, será **o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços**, de acordo com o artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017.

**Justifica-se a não exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para o item em questão dadas as suas especificidades técnicas, como o alto grau de complexidade do sistema e sua instalação nos laboratórios da Polícia Federal. A experiência laboratorial demonstra que usualmente tal item, com as especificidades técnicas necessárias, é fornecido por empresas que não se caracterizam como microempresas e empresas de pequeno porte, como pode ser observado pelas próprias cotações obtidas. Assim sendo, considera-se que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não seria vantajoso para a administração pública e poderia representar

prejuízo ao objeto a ser contratado. Além disto, é alta a probabilidade de não haver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do(a) data de publicação do contrato em Diário Oficial ou recebimento da Nota de Empenho por parte da empresa vencedora.

1.3. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Material para realização de troca.

1.4. Da sustentabilidade ambiental: O item constante neste termo de referência, quando se der o descarte, será classificado como lixo eletrônico e será operacionalizado em pontos adequados de coleta. Quanto às baterias, o descarte ocorrerá em pontos de coleta deste tipo de material.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1- DA NECESSIDADE DAS AQUISIÇÕES

Esta aquisição se refere a um sistema *wireless* (transmissão de dados a distância, sem fio) por meio de dispositivos necessários para o monitoramento da temperatura de ambientes, geladeiras (e seus congeladores), *freezers* e câmara fria. Tratam-se de locais onde encontram-se instalados equipamentos cujo funcionamento é sensível a variações de temperatura bem como onde há o armazenamento de insumos críticos para as análises, alocação de vestígios e contraprovas. A instalação do sistema vem contemplar necessidades críticas do nosso Sistema de Gestão da Qualidade que, em última análise, vem ao encontro de requisitos da norma internacional da qualidade ISO 17025, sob a égide da qual o Laboratório de Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal atualmente é acreditado.

2.2. DO QUANTITATIVO DOS BENS

As quantidades a serem adquiridas foram estipuladas considerando: 1) quantidade mínima de pontos de controle de temperatura dos laboratórios de Química e de Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística; 2) termômetros de reserva técnica para períodos de envio para a calibração bem como na eventualidade de avarias, dado que são instrumentos que possuem um ciclo de vida útil e estão sujeitos a danos intrínsecos relacionados ao seu uso cotidiano; 3) atual expansão da área física dos laboratórios, assim como o número de equipamentos e, por conseguinte, dos pontos de controle.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. De acordo com a referida lei, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da

data de publicação do contrato em Diário Oficial ou recebimento da Nota de Empenho por parte da empresa vencedora, em remessa única, no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h a 11h ou 14h a 17h de segunda a sexta-feira exceto feriados. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega e instalação dos materiais, mediante contato telefônico com a Área de Perícias em Genética Forense pelo telefone (61) 2024-9192.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mesmo que as condições em desacordo sejam percebidas após o recebimento definitivo. Os bens rejeitados deverão ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a CONTRATADA, por escrito, no máximo em 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

4.4.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela CONTRATADA, da notificação de reprovação. Caso a CONTRATADA não confirme o recebimento até o prazo supracitado, a CONTRATANTE, no dia subsequente, considerará como recebido.

4.4.3. Caso, por motivo de força maior, e a critério da Administração, a Contratada necessitar de maior prazo além dos 60 (sessenta) dias corridos para substituição dos bens, a solicitação de prorrogação de prazo deverá ser feita dentro da vigência do prazo inicial.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação das especificações, descrições técnicas, qualidade e quantidade do material constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos.

4.7. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

4.8. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido sem qualquer ônus para a contratante;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento de amostras dos itens e dos materiais ora adquiridos, para verificação de conformidade e qualidade dos bens.

6.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Termo de Referência.

6.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.10. A CONTRATADA deverá realizar explanação e treinamento sobre o uso do equipamentos, com carga horária suficiente para:

6.1.10.1. Abranger informações sobre todas as funcionalidades do equipamento fornecido, exercícios práticos de uso, manutenções preventivas e corretivas ao alcance do usuário, sem a necessidade de assistência técnica especializada.

6.1.10.2. O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Contratante.

6.1.10.3. Todas as despesas diretas ou indiretas, provenientes da realização do treinamento, inclusive aquelas com deslocamentos do(s) instrutore(s), a saber: hospedagem, alimentação e deslocamentos, dentre outras, são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.10.4. A critério da CONTRATANTE, o recebimento definitivo do objeto poderá ser efetivado, somente após a realização do treinamento.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do ~~recebimento~~ do atesto da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância,

devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

10.14. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. O pagamento do objeto deste Termo de Referência dar-se-á somente após o recebimento definitivo, mediante atesto da Nota Fiscal.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não manter a proposta.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. Multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

13.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 - AVALIAÇÃO DE CUSTO

15.1. O custo médio estimado da presente contratação é de R\$ 166.065,00 (cento e sessenta e seis mil e sessenta e cinco reais) conforme a tabela a seguir, entretanto, o Valor de Referência será **R\$ 96.890,00 (noventa e seis mil oitocentos e noventa reais)** tendo em vista que a metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, será o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, de acordo com o artigo 2º da IN 5/2014, alterada pela IN 03/2017.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	
Único	Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura: QUANTIDADE REQUERIDA: 01 (uma) unidade. OBS: Cada uma das empresas possui uma solução para as necessidades externadas na Tabela 01 e cujo detalhamento das respectivas cotações fornecidas encontram-se pormenorizadamente descritas abaixo.	
	COTAÇÃO 1	VALORES COTADOS: 01 Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura (composto de 60 termômetros <i>dataloggers</i> <i>wifi</i> , 60 termopares, 01 Deslocamento (passagem, estadia , locomoção) e Treinamento/instalação = 60 x R\$ 1.879,00; 60 x R\$ 119,00; 01 x R\$ 20.000,00. QUANTIDADE REQUERIDA: 01 sistema VALOR REQUERIDO: R\$ 139.880,00

COTAÇÃO 2	VALORES COTADOS: 01 Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura (composto de 60 termômetros <i>dataloggers wireless</i> , 60 termopares, 01 repetidor de sinal, 01 base de comunicação) = 60 x R\$ 3.910,00; 60 x R\$ 357,00; 1 x R\$ 2530,00; 1 x R\$ 2875,00 QUANTIDADE REQUERIDA: 01 sistema VALOR REQUERIDO: R\$ 261.425,00
COTAÇÃO 3	VALORES COTADOS: 01 Sistema completo e automatizado de medição e monitoramento de temperatura (composto de 60 transmissores <i>wireless</i> de temperatura, 2 <i>gateways ethernet</i> – RF, 1 módulo <i>wireless</i> para alarme local, com <i>display</i> tipo LCD e sinalizador audível) = 01 x R\$ 96.890,00 QUANTIDADE REQUERIDA: 01 sistema VALOR REQUERIDO: R\$ 96.890,00
MÉDIA TOTAL	R\$ 166.065,00
VALOR DE REFERÊNCIA	R\$ 96.890,00

16- RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se em Anexo do Edital.

Brasília/DF, 08 de julho de 2019.

BRUNO RODRIGUES TRINDADE

Perito Criminal Federal

Chefe da APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

GUSTAVO OTA UENO

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Termo de Referência em _____ de _____ de 2019.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico substituto

Referência: Processo nº 08200.021660/2017-36

SEI nº 12023809